



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/RS**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA 14ª PLENÁRIA ESTADUAL DE CONSELHOS  
DE SAÚDE DO RS -2012**

No décimo quarto e décimo quinto dias do mês de junho do corrente ano, no Auditório da FETAG/RS, localizado na Rua Santo Antônio, 121, reuniram-se 175 delegados e 200 participantes para eleger o Coordenador de Plenárias. No dia 14/06/2012, por volta das 18h 30min, o evento teve início com uma mesa de abertura onde se encontravam representantes do Governo do Estado do RS, do Ministério da Saúde, o Ministério Público Estadual, bem como o Secretário Estadual de Saúde do RS, Ciro Simoni e o presidente do Conselho Estadual de Saúde do RS, Paulo Humberto Gomes da Silva. Após as manifestações dos componentes da mesa, o presidente do CES-RS saudou a todos e encaminhou a leitura do Regulamento da XIV Plenária Estadual dos Conselhos de Saúde do RS, que ficou a cargo da conselheira Denise Campos. O Regulamento foi aprovado por unanimidade sem destaques. O presidente do CES-RS deu andamento, realizando a eleição da comissão eleitoral que ficou composta por Paulo Sérgio Ferreira Dias, Salvador Ângelo Zambrano, Francisco Roig e Sônia Pinheiro. Em seguida, a palavra foi passada para a ex-presidente do CES-RS, Adalgiza Balsemão Araújo, que palestrou sobre o papel da Coordenação de Plenárias. Apresentou um breve relato histórico das Plenárias do Conselho Estadual de Saúde do RS, destacando que as Plenárias Regionais são anteriores às Plenárias Nacionais e que o CES-RS é um órgão importante para o controle social e, portanto, precisa ser cada vez mais fortalecido para que continue cumprindo o seu papel. No dia 15/06/2012, por volta das 08h 30min, os trabalhos foram retomados com uma mesa que teve como tema O Fortalecimento do Controle Social no Estado do Rio Grande do Sul - Aproximação entre os Conselhos de Saúde e a Sociedade Civil, formada por representantes da Central Única dos Trabalhadores do RS (CUT-RS), Federação do Trabalhadores na Agricultura no RS (FETAG-RS), Secretaria Estadual de Saúde do RS, CES-RS e a coordenação do conselheiro Cláudio Augustin. A representante da Secretaria Estadual de Saúde do RS, Karolina Veiga, que substituiu a diretora do DAS, Sandra Fagundes, manifestou-se no sentido de que as pessoas envolvidas na área da saúde devem buscar um compromisso com a educação permanente, a troca de saberes, o compartilhamento de experiências e o debate como forma de polarizar poderes. Argumentou que é a partir destes conflitos que os envolvidos no processo são mobilizados a solucionarem os problemas. Também destacou a importância do controle social como forma de viabilização dos conceitos em saúde e a necessidade de envolver, mobilizar, qualificar e potencializar o cidadão e a cidade para que se envolva na discussão sobre as questões da saúde. A representante da FETAG-RS, Inque Schneider, Coordenadora Estadual de Mulheres, reafirmou a importância do fortalecimento do controle social, não apenas como instrumento que serve para analisar, discutir e aprovar ou reprovar as prestações de contas das administrações, mas também para elaborar e implementar as políticas públicas e se propor a atender às necessidades das comunidades. Destacou ainda que os atendimentos de média e alta complexidades devem ser regionalizados com agilidade e qualidade, para que não fiquem centralizados na capital, evitando a ambulancioterapia. Referiu que devemos trabalhar para a ampliação dos programas já existentes como o Programa de Saúde da Família que contribui como instrumento preventivo da saúde da população. Ressaltou também a importância da educação alimentar e sexual como forma de prevenção de doenças, proporcionando maior qualidade de vida para a população. Finalizou afirmando que, se tivermos uma saúde preventiva, por certo diminuiremos os gastos com o tratamento e a cura, e que o compromisso da FETAG-RS é com a

capacitação e a organização da sociedade civil, através de suas entidades, para efetivar o controle social e a valorização dos Conselhos Municipais de Saúde, aproximando-os da sociedade. O representante da CUT-RS, Cláudio Nespolo, enfatizou que a democracia é um processo de constante construção em que o povo se sente com poder tanto para cumprir com as suas obrigações profissionais quanto para participar das disputas pelas políticas públicas. Destacou ainda que a CUT é contra as privatizações na área da saúde, sobretudo com a implantação das Fundações. Referiu ainda que seria positivo incluir no currículo do Ensino Médio uma disciplina que ajudasse a fomentar no jovem o interesse a respeito do controle social, pois isso seria uma forma também de despertá-lo para a cidadania. Por fim, reafirmou que as políticas públicas hoje existentes são uma conquista dos trabalhadores. Em seguida, o coordenador da mesa, Cláudio Augustin, trouxe ao plenário duas propostas que foram encaminhadas à comissão organizadora: uma de moção e outra de elaboração de um documento representativo da plenária. Afirmou o conselheiro que nenhuma das duas propostas está prevista no Regulamento ou no Regimento do evento. Sugeriu, então, que fosse composta uma comissão para a elaboração de um documento consensual das discussões feitas, uma declaração política da plenária. E também que ao final da eleição, este documento seja lido e aprovado ou rejeitado e também aprovadas as moções que chegarem à mesa. Colocou a questão para a apreciação de todos. Os integrantes que compuseram a comissão foram Délcio Cruz, Luis Aníbal Machado, Cláudio Augustin, Cláudio Augustin e Jaime Quiroga. No dia 15/06/2012, às 14h, o evento teve prosseguimento com o tema Reorganização e Defesa do Controle Social no SUS, contando com o palestrante Francisco Batista Júnior, coordenador e integrante da Mesa Diretora do CNS. A mesa foi coordenada pelo conselheiro Carlos Alberto Ebeling Duarte do CES/RS. O painelistas iniciou afirmando que não há como discutir controle social e reorganização do controle social sem expor as nossas mazelas, onde estamos falhando e, desta forma, contribuindo para que as coisas não funcionem. Referiu que o modelo de atenção à saúde está errado, que as pessoas precisam se conscientizar de que elas têm o direito de exigir do poder público não ficarem doentes, isto sim é o correto e não vibrarem quando o poder público fornece leitos para que elas possam ser internadas e tratem das suas doenças já instaladas. Argumentou que é impossível nós termos o SUS concorrendo com o setor privado e que muitas vezes é o próprio SUS quem financia o setor privado. Citou que no Rio Grande do Sul mais de 80% da rede é privada. Apontou que o SUS tem alguns problemas como a falta de financiamentos públicos, erros de gestão, erros no modelo de atenção, na força de trabalho, na relação público-privada, e nos próprios eixos estruturantes do sistema. Comentou que apesar disso tudo, o SUS tem um valor fundamental na área da saúde, no entanto, se continuar como está, vai acabar, pois a situação do SUS está se agravando cada vez mais. Se os Conselhos de Saúde tivessem cumprido bem o seu papel, o financiamento seria melhor aplicado, priorizando a prevenção e, conseqüentemente, minimizando os efeitos dos procedimentos especializados de alto custo, teríamos uma força de trabalho mais qualificada, uma gestão mais profissionalizada, teríamos como diminuir a ingerência político-partidária na gestão do SUS em todo o país. Ou seja, se os Conselhos de Saúde estivessem cumprindo bem o seu papel, as possibilidades do SUS ser muito melhor do que é seriam maiores. No entanto, existem poucos Conselhos que têm cumprido bem o seu papel. O palestrante afirmou ainda que as dificuldades enfrentadas pelo SUS são criadas deliberadamente pelos grupos dominantes, pelas elites e que muitas pessoas que alguns anos atrás estavam lutando em defesa do SUS, quando chegaram ao Governo, perceberam que poderiam se beneficiar e estão fazendo o mesmo que os anteriores. Destacou ainda que as entidades dos movimentos sociais do Brasil ao invés de estarem fazendo um processo de qualificação de pessoas para intervirem nos Conselhos de Saúde, estão colocando uma pauta de negociação coletiva em plano de saúde privado. Finalizou afirmando que não devemos esperar transformações profundas no Congresso Nacional, tendo em vista a forma como o poder está constituído no nosso país, mas os envolvidos com a saúde devem atuar para trazer o SUS para o seu lugar, para o seu rumo e ter um controle social forte. Por volta das 16h, o conselheiro Carlos Duarte chamou à mesa a comissão eleitoral que colocou o Regimento Interno da Eleição do Coordenador de Plenárias – RS (anexo I) para aprovação, o qual foi aprovado, passou-se para a eleição do Coordenador de Plenárias representante do RS. Foram inscritas três chapas. A chapa 1 foi composta por Paulo Humberto Gomes da Silva (titular), Conselho Estadual de Saúde, segmento usuário – Sindicato dos Servidores

Públicos do RS; Dário Sidnei Delavit (1º suplente), Conselho Municipal de Passo Fundo, segmento usuário - Sindicato dos Bancários de Passo Fundo-RS; e Idalina Mirassol Teixeira (2º suplente), Conselho Municipal de Santa Maria – usuário Associação dos Moradores da Vila Belga de Santa Maria. A chapa 2 foi composta por Lotário Schlindwein (titular), Conselho Municipal de Três Passos – Movimentos Sociais; Luis Aníbal Vieira Machado (1º suplente), Conselho Municipal de Cachoeira do Sul – usuário Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário; e Luciana Araújo Vieira, Conselho Municipal de Saúde de Frederico Westphalen – usuária Liga Feminina de Combate ao Câncer. A chapa 3 foi composta por Margarete Silva Melo (titular), Organização Mãos Unidas pela Vida; Maria Regina Goulart (1º suplente), Conselho Municipal de Bagé – ESF Floresta; e Gilnei Fagundes – ABO – Bagé. A chapa 1 apresentou como proposta fortalecer o controle social através de uma ação conjunta com as Macrorregiões entre os Coordenadores de Plenárias e o Conselho Estadual de Saúde, descentralizando, ouvindo, para que as informações sejam levadas a todos os Conselhos Municipais. Em parceria com o DATASUS e o Núcleo do Ministério da Saúde, formar uma rede compartilhada para que todos possam saber o que realmente está acontecendo tanto no Estado quanto na União. A chapa 2 apresentou como proposta trabalhar em conjunto com todos os Conselhos Municipais para que o SUS possa ser viabilizado assim como o Controle Social fortalecido. A chapa 3 apresentou como proposta fortalecer o controle social com a participação da comunidade, favorecer os segmentos que estão sendo excluídos do SUS e renovar os representantes do RS na esfera Nacional. O coordenador da comissão eleitoral referiu que, de acordo com o Regulamento, o delegado para efetivar seu voto, deveria entregar, pessoalmente, o seu crachá para o representante de uma das três chapas que disputam o pleito: chapa 1, chapa 2 ou chapa 3. A chapa 1 obteve 48 votos; a chapa 2 obteve 54 votos e a chapa 3 obteve 35 votos, num total de 137 votos. O conselheiro Cláudio Augustin leu os documentos elaborados no evento (Carta Consensual – anexo II e Moção de Apoio à greve dos servidores das Universidades Federais do Brasil – anexo III) e colocou para a apreciação dos participantes que os aprovaram por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente do CES/RS Paulo Humberto Gomes da Silva deu por encerrada a reunião, da qual eu, Carlos José Garcia Rosa, lavrei o presente relatório que será devidamente assinada. Porto Alegre, 15 de junho de 2012

Paulo Humberto Gomes da Silva  
Presidente do CES/RS

Carlos José Garcia Rosa  
Relator do CES/RS

# ANEXO I

## REGIMENTO ELEITORAL

Serão eleitores todos os Delegados Credenciados.

Cronograma

1- Inscrição da Chapa

Usuários – trabalhador – Com a identificação do segmento e Entidade que representa, a ser apresentada a Secretaria Executiva do CES/RS – até as 12h desta data.

2 – Homologação das Chapas pela Comissão Eleitoral, tendo como critério a presença de todos candidatos.

3- Tempo – 10 minutos apresentação de cada chapa

4- 5 (cinco) minutos para esclarecimentos e perguntas da Plenária sem réplica nem tréplica

5 – Eleição – será por contagem de crachá que será entregue por cada Delegado, individualmente, para o membro da Comissão Eleitoral responsável por cada chapa respectiva.

6 – Contagem de Votos.

7 – Divulgação do resultado pela Comissão Eleitoral.

8 – Caso a chapa vencedora não estiver com todos os membros presentes, será declarada vencedora a 2º chapa mais votada e assim sucessivamente.

9 – Posse dos membros da chapa vencedora pela Comissão Eleitoral.

10 – Casos omissos serão decididos pela comissão eleitoral.

## ANEXO II

Nós participantes da XIV Plenária de Conselhos de Saúde do Rio Grande do Sul, reunidos no auditório da FETAG nos dias 14 e 15 de junho de 2012. Tendo como tema central o papel articulador da Plenária dos Conselhos na garantia do Controle Social do SUS. Queremos assim reafirmar a democracia como caminho de participação e garantia das Políticas Públicas e isso exige diálogo e mobilização coletiva.

Reafirmar a necessidade de aplicação dos 12% Governo Estadual e 10% Governo Federal, em saúde para a garantia do SUS. O processo de educação permanente para os conselheiros é compromisso técnico e político dos conselhos e de suas entidades. Isso garantido pela Política Nacional de Educação Permanente aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Garantir a realização de Plenárias de Conselhos de Saúde pelo menos uma vez por ano e viabilizar infraestrutura que possibilite a articulação dos Conselhos no Estado, através da coordenação de plenárias.

Capacitação dos conselheiros – desde inclusão digital às Políticas de Saúde para a efetivação do SUS, por conta da Secretaria de Saúde (ou Secretária).

Equipamentos, salas adequadas e liberdade para atuação do conselho.

Retomada dos conselhos regionais, e reorganização para discussão das decisões tomadas na reuniões do CIR.

Retomada de bandeira de luta como:

- Educação Permanente;
- Saúde do Trabalhador;
- Reforço da fiscalização do Controle Social, do cumprimento da Lei referente a: quem estuda com recursos públicos, trabalhe em atendimento a comunidades;
- Fiscalização e controle de 100% das verbas do SUS.

## **ANEXO III**

### **Moção de Apoio**

Os delegados representantes do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria e Associação dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Santa Maria – ASSUFMS – solicitam apoio da XIV Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do RS à greve dos servidores públicos federais das Universidades do País .

Motivo da deflagração da greve são principalmente ausência de diálogo por parte do governo com os sindicatos, redução do percentual da insalubridade, redução dos salários dos médicos, falta de melhores condições de trabalho, data base e contra as EBPSHF, que privatizam os Hospitais Universitários.